

Ao

Banco Central do Brasil – BACEN,

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA. –
DATA-BASE 31 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Prezados Senhores,

A Vólus Instituição de Pagamento Ltda. apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com o objetivo de cumprir as exigências da Resolução BACEN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 438, de 14 de dezembro de 2023, e demais normativos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os documentos contidos neste conjunto são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas, Relatório da Administração e Carta de Apresentação.

Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pela elaboração e o conteúdo das Demonstrações Contábeis e arquivos apresentados. As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e apresentadas em conformidade com a estrutura de relatório financeiro associada aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.

Rio Verde (GO), 31 de março de 2026.

Atenciosamente,

VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

Glorivan Parreira França

Presidente

CARTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Clientes, Parceiros e Investidores,

É com satisfação e senso de responsabilidade que a Administração da Vólus Instituição de Pagamento Ltda. apresenta sua Carta da Administração referente ao segundo semestre do exercício de 2025 — período inaugural de reporte sob as normas contábeis do Banco Central do Brasil (Bacen), com data-base de adoção em 1º de julho de 2025. Este documento tem o propósito de complementar as demonstrações contábeis com uma visão executiva sobre o desempenho alcançado, o contexto regulatório que marca este momento institucional e os caminhos que orientarão a trajetória da Empresa nos próximos ciclos.

1. Contexto Institucional e Marco Regulatório

A Vólus encerra 2025 em um momento de profunda transformação institucional. Fundada no ano 2000 como Brasilcard Administradora de Cartões, a Empresa atravessou mais de duas décadas construindo uma plataforma sólida de benefícios corporativos, convênios e meios de pagamento junto ao mercado privado e ao setor público em todo território nacional. A red denominação para Vólus Instituição de Pagamento Ltda., concluída nos últimos anos, não foi apenas uma mudança de nome: refletiu a deliberação estratégica de elevar o padrão operacional, regulatório e de governança da Empresa a um patamar compatível com os mais exigentes participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

O credenciamento da Vólus como participante direta do arranjo de pagamento instantâneo PIX constituiu o gatilho regulatório que requereu a adequação formal ao arcabouço contábil e prudencial do Bacen. Em resposta, a Empresa retomou e avançou significativamente em seu pedido de Autorização de Funcionamento como Instituição de Pagamento, adotando integralmente, a partir de 1º de julho de 2025, as práticas contábeis exigidas pelo COSIF e pelos pronunciamentos do CPC aprovados pelo regulador. As presentes demonstrações contábeis representam, portanto, o primeiro conjunto de demonstrações elaboradas sob este novo rito — um marco histórico para a Empresa.

A Vólus integra o grupo econômico das Empresas Brasil Central, conglomerado goiano com 42 anos de atuação diversificada nos segmentos de benefícios corporativos, transporte rodoviário de cargas e agronegócio. Esta base de grupo proporciona robustez institucional e sinergias operacionais que reforçam a capacidade da Empresa de honrar seus compromissos e investir no crescimento sustentável.

2. Desempenho Operacional e Financeiro

Receitas e Lucratividade

No período compreendido entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2025, a Vólus registrou Receita Líquida de R\$ 47,7 milhões, estruturada principalmente sobre três pilares: locação de sistemas (R\$ 42,4 milhões — principal linha de receita, representando 88,8% do total bruto), taxa de administração (R\$ 6,3 milhões) e tarifas de transferência e serviços (R\$ 2,8 milhões). O modelo de negócios, baseado em receitas recorrentes de administração de convênios e benefícios, confere previsibilidade e resistência a ciclos econômicos adversos.

O Lucro Bruto atingiu R\$ 28,4 milhões, refletindo uma margem bruta de 59,5% sobre a receita líquida, o que demonstra a eficiência operacional da plataforma tecnológica da Empresa e a escalabilidade do modelo de locação de sistemas. O Resultado Operacional antes do resultado financeiro totalizou R\$ 6,2 milhões, após a absorção de R\$ 18,2 milhões em despesas gerais e administrativas — linha que incorpora, em grande parte, provisões para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 7,4 milhões) constituídas de forma conservadora sobre a carteira de recebíveis. Excluídas as provisões não caixa, o resultado operacional caixa evidencia a robusta geração operacional da Empresa.

O Resultado Líquido do período foi de R\$ 4,1 milhões, após o reconhecimento de R\$ 4,0 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes. A Margem Líquida de 8,63% reflete o momento de investimento e estruturação da Empresa, mas sinaliza que a operação é intrinsecamente rentável e que o crescimento da base de clientes, combinado com a diluição das despesas fixas, proporciona perspectiva consistente de expansão da margem nos próximos exercícios.

R\$ 47,7 milhões

Receita Líquida

jul-dez/2025

R\$ 6,2 milhões

Resultado Operacional

Antes do resultado financeiro

R\$ 28,4 milhões

Lucro Bruto

59,5% de margem bruta

R\$ 42,6 milhões

Caixa e Equivalentes

31/12/2025

R\$ 4,1 milhões

Lucro Líquido do Período

Margem líquida: 8,63%

R\$ 268,9 milhões

Total do Ativo

31/12/2025

Balanço Patrimonial e Estrutura Financeira

O Total do Ativo alcançou R\$ 268,9 milhões em 31 de dezembro de 2025. O Ativo Circulante de R\$ 260,7 milhões é dominado pelos Instrumentos Financeiros — essencialmente as Contas a Receber Operacionais (R\$ 216,5 milhões brutos), que representam direitos creditórios sobre transações processadas em arranjos de pagamento junto a bandeiras e adquirentes de elevadíssima solvência. O Caixa e Equivalentes de Caixa somou R\$ 42,6 milhões, com R\$ 35,5 milhões em aplicações financeiras de liquidez imediata em instituições de primeira linha.

No lado do passivo, os Valores a repassar a estabelecimentos somam R\$ 154,4 milhões e representam substancialmente os valores a repassar às conveniadas e estabelecimentos credenciados pelas transações já processadas e ainda pendentes de liquidação — rubrica que é espelhada pelos respectivos recebíveis no ativo, caracterizando o modelo operacional de arranjo fechado da Vólus. O Patrimônio Líquido encerrou o período em R\$ 19,6 milhões, com Capital Social de R\$ 13,3 milhões e Lucros Acumulados de R\$ 6,3 milhões, resultado da geração de resultados positivos no período inaugural.

3. Análise dos Índices Financeiros

A Administração acompanha um conjunto de indicadores financeiros que permitem avaliar com objetividade a saúde patrimonial, a eficiência e a sustentabilidade da Empresa. Os índices apurados em 31 de dezembro de 2025 são apresentados a seguir, seguidos de comentário analítico sobre cada dimensão:

Indicador	Fórmula	31/12/2025
Liquidez Geral	$(\text{Ativo Circ.} + \text{Real. Long, Prazo}) \div (\text{Passivo Circ.} + \text{Passivo N. Circ.})$	1,05x
Liquidez Corrente	$\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$	1,07x
Liquidez Imediata	$\text{Caixa e equivalentes} \div \text{Passivo Circulante}$	0,17x
Solvência Geral	$\text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circ.} + \text{Passivo N. Circ.})$	1,08x
Capital Circulante Líquido	$\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$	R\$ 16,7 milhões
Endividamento Total	$(\text{Passivo Circ.} + \text{Passivo N. Circ.}) \div \text{Ativo Total}$	92,7%
Margem de Lucro Líquida	$\text{Resultado Líquido} \div \text{Receita Líquida}$	8,63%

Comentário sobre os Índices

Liquidez e Solvência. Os índices de Liquidez Geral (1,05x) e Liquidez Corrente (1,07x) demonstram que a Empresa dispõe de ativos suficientes para cobrir a totalidade de seus passivos, tanto no curto quanto no longo prazo. O Capital Circulante Líquido positivo de R\$ 16,7 milhões evidencia folga operacional real, especialmente relevante dado o volume de obrigações de curto prazo relacionadas ao repasse de transações às conveniadas. A Solvência Geral de 1,08x reforça a solidez patrimonial da Empresa como um todo.

Endividamento. O Endividamento Total de 92,7% merece contextualização: a parcela predominante do passivo da Empresa (R\$ 212,7 milhões) é composta pelas obrigações operacionais inerentes ao arranjo de pagamento — englobando os Valores a repassar a estabelecimentos (R\$ 154,4 milhões), Adiantamentos de clientes (R\$ 37,8 milhões) e Contas de pagamentos pré-pagas (R\$ 20,5 milhões). Essas rubricas representam, em sua essência, obrigações de repasse a conveniadas e saldos de portadores que possuem contrapartida simétrica no ativo (contas a receber de arranjos de pagamento). Trata-se, portanto, de passivo operacional inerente ao modelo de negócio de uma instituição de pagamento, não de dívida financeira estrutural. Excluído este componente operacional, o endividamento financeiro líquido (empréstimos de R\$ 6,5 milhões menos caixa de R\$ 42,6 milhões) é amplamente negativo — ou seja, a Empresa é credora líquida do ponto de vista estritamente financeiro.

Rentabilidade. A Margem Líquida de 8,63% é resultado de um período inaugural marcado por investimentos em estrutura regulatória, provisões conservadoras sobre a carteira e despesas de adequação. A Administração entende que o potencial de expansão da margem é significativo: a margem bruta de 59,5% revela que a plataforma é eficiente na geração de valor e que os principais vetores de compressão do resultado são despesas de provisão e tributos correntes, ambos passíveis de redução estrutural com a normalização da carteira e o aproveitamento de créditos tributários acumulados.

4. Perspectivas e Planos Estratégicos

Autorização de Funcionamento como IP

A obtenção da Autorização de Funcionamento junto ao Banco Central do Brasil é a prioridade número um da Administração para 2026. Com a estrutura contábil, de governança e de controles internos já adequada ao padrão regulatório, e com os primeiros demonstrativos elaborados sob as normas do Bacen em mãos, a Empresa está posicionada para concluir o processo autorizativo no primeiro semestre de 2026. A licença formal desbloqueará acesso a novos produtos regulados, ampliará o universo de parceiros e abrirá caminho para a participação em novos arranjos de pagamento supervisionados.

Capitalização e Adequação Regulatória de Capital

O diagnóstico de capital regulatório apontou um déficit de R\$ 1,6 milhão em relação ao PRip mínimo requerido de 12% sobre o RWAip de R\$ 116,8 milhões. A Administração está em processo de elaboração de um plano formal de capitalização, que contempla tanto a retenção integral dos resultados futuros quanto a avaliação de aportes dos sócios da BCG Participações, controladora da Empresa. O objetivo é enquadrar o índice regulatório de capital ao patamar requerido antes da concessão da autorização, assegurando conformidade plena com a Resolução BCB nº 199/2022.

Expansão da Rede e Novos Produtos

A Vólus continuará sua estratégia de expansão da rede de aceitação e do portfólio de produtos. No curto prazo, estão programadas as integrações com a adquirência do Mercado Pago e ainda a emissão de cartões co-embandeirados Voucher em parceria com a Elo, o que aumentará substancialmente a capilaridade de aceitação dos cartões Vólus em nível nacional. No segmento de benefícios, o lançamento do Cartão de Farmácia – PBM Elo, e ainda, a entrada dos cartões Vólus de arranjo aberto Elo na carteira da Apple Pay, somando desde já à estratégia de cartões em Wallets, como já realizamos com a carteira do Google Pay. Em 2026, também iniciaremos a sub-emissão de Cartões Mastercard em parceria com a Evertex, com objetivo de atender empresas que possuem demandas de viagens e despesas corporativas internacionais.

Tecnologia, Regulatório e Governança

Os investimentos em tecnologia permanecerão como vetor prioritário. A plataforma de liquidação PIX será aprimorada para suportar o crescimento do volume transacionado, com foco em disponibilidade, segurança e conformidade com as atualizações regulatórias do Bacen. A área de PLD/FT será reforçada com ferramentas de monitoramento comportamental em tempo real, antecipando as exigências da Resolução BCB nº 277/2022 para instituições autorizadas.

O Programa de Integridade, atualmente estruturado em aderência à Lei Anticorrupção, seguirá em processo contínuo de aprimoramento, com foco no fortalecimento da cultura ética e na evolução do Programa de Integridade. Estão previstos o reforço e a ampliação dos treinamentos periódicos, com abordagens mais direcionadas aos riscos do negócio, bem como o aprimoramento dos canais de denúncia, visando maior acessibilidade, confiabilidade e efetividade na apuração de irregularidades. Adicionalmente, o Programa passará por ciclos regulares de avaliação e atualização, com base em monitoramento de riscos, mudanças regulatórias e melhores práticas de mercado, assegurando sua evolução contínua e alinhamento às diretrizes estratégicas da organização.

5. Mensagem Final

A Vólus encerra o segundo semestre de 2025 mais forte, mais estruturada e mais preparada do que jamais esteve em seus 25 anos de história. A receita líquida de R\$ 47,7 milhões, o lucro líquido de R\$ 4,1 milhões e a liquidez sólida com caixa de R\$ 42,6 milhões demonstram que os alicerces operacionais são firmes. A jornada regulatória — exigente e custosa no curto prazo — é, na convicção da Administração, o melhor investimento que a Empresa poderia fazer neste momento: ela eleva o padrão de confiança junto a clientes corporativos, parceiros adquirentes, reguladores e ao mercado em geral.

Agradecemos a cada conveniada, colaborador, parceiro comercial e sócio pela confiança depositada na Vólus. É essa confiança que nos motiva a crescer juntos — propósito que orienta cada decisão estratégica da nossa Administração.

Rio Verde (GO), 31 de março de 2026.

Vólus Instituição de Pagamento Ltda.
CNPJ 03.817.702/0001-50

Glorivan Parreira França
Presidente



VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e quotistas da
Vólus Instituição de Pagamento Ltda.
Rio Verde - Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Vólus Instituição de Pagamento Ltda. (“Empresa ou “Vólus”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vólus Instituição de Pagamento Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições cadastradas/autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 31 de março de 2026.

MOORE ALIANZO AUDITORIA S/S LTDA
CRC 1 GO 02371/O-2

Rodrigo Costa Silva
Contador CRC 1 GO 016905/O-4



Vólus Instituição de Pagamento Ltda.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

ATIVO		
	Nota	31/12/2025
Ativo Circulante		260.685
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.561
Disponibilidades		7.055
Aplicações financeiras		35.506
Instrumentos financeiros		208.209
Contas a receber operacionais	5	216.451
(-) Provisão para perdas esperadas ou associadas ao risco de crédito	5	(10.702)
Adiantamentos	6	2.460
Ativos fiscais	7	9.915
Ativo não circulante		8.169
Investimentos		219
Propriedades para investimento		1.314
Imobilizado de uso	8	6.053
Intangível		583
TOTAL DO ATIVO		268.854

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Nota	31/12/2025
Passivo Circulante		243.943
Passivos financeiros ao custo amortizado		230.132
Valores a repassar a estabelecimentos	9	154.447
Adiantamento de clientes	10	37.775
Contas de pagamentos pré-pagas	11	20.495
Empréstimos	12	6.494
Valores a pagar a sociedades ligadas	13	10.921
Outras obrigações		13.811
Fornecedores	14	1.845
Obrigações fiscais	15	6.933
Obrigações com pessoal		1.649
Outras obrigações		968
Provisão para contingências	16	2.416
Passivo Não Circulante		5.317
Provisão para contingências	16	5.317
Patrimônio líquido		19.594
Capital social	17	13.258
Reserva de lucros		6.336
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		268.854

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

-

Vólus Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025
Receita líquida de serviços prestados	18	47.703
Custo dos serviços prestados	19	(19.337)
(=) Lucro bruto		28.366
Outras despesas e receitas operacionais		
Gerais e administrativas	20	(18.184)
Despesas com pessoal	20	(6.823)
Outras receitas operacionais	21	3.064
Despesas com depreciação e amortizações	8	(175)
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		6.248
Resultado financeiro	22	
Receitas financeiras		1.121
Despesas financeiras		(1.064)
(=) Resultado financeiro		57
Lucro antes dos impostos		6.305
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(3.953)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	1.763
Lucro líquido		4.115

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vólus Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025
Lucro líquido	4.115
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do exercício	4.115

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vólus Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Total
Saldo em 1 de julho de 2025	13.258	8.399	21.657
Lucro líquido	-	4.115	4.115
Dividendos distribuídos	-	(6.178)	(6.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.258	6.336	19.594

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vólus Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025
Fluxo de caixa da atividade operacional	
Lucro antes dos impostos	6.305
Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais	
Depreciação e amortização	175
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	7.448
Provisões para riscos de perda judiciais	(2.260)
Juros sobre empréstimos	550
Caixa gerado antes das variações do capital circulante	12.218
Varição de ativos e passivos	
(Aumento)/Redução no contas a receber operacionais	11.229
(Aumento)/Redução nos adiantamentos	42
(Aumento)/Redução nos ativos fiscais	1.860
(Redução)/Aumento em valores a repassar aos estabelecimentos	(1.057)
(Redução)/Aumento em adiantamentos de clientes	2.615
(Redução)/Aumento em contas de pagamentos pré pagas	9.753
(Redução)/Aumento em fornecedores	3
(Redução)/Aumento em obrigações fiscais	(3.464)
(Redução)/Aumento em obrigações com pessoal	(448)
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(1.256)
Caixa gerado pelas operações	31.495
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.874)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	28.621
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Adições de ativo imobilizado	(864)
Resgate de aplicações de longo prazo	14.721
Caixa líquido das atividades de investimentos	13.857
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Pagamentos de empréstimos	(3.173)
Pagamentos a sociedades ligadas	(13.180)
Dividendos distribuídos	(6.178)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(22.531)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	19.947
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.614
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42.561
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	19.947

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vólus Instituição de Pagamento Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Nota 1 – Contexto Operacional

1.1 Constituição e Histórico

A Vólus Instituição de Pagamento Ltda. ("Vólus" ou "Empresa") é uma sociedade empresária limitada, constituída no ano de 2000, com o objetivo inicial de facilitar a gestão de convênios entre empresas, colaboradores e o comércio. A Empresa possui sede no município de Rio Verde (GO) e mantém filiais operacionais nas cidades de Goiânia (GO), Palmas (TO) e Campo Grande (MS).

Ao longo de sua trajetória, a Empresa passou por reestruturações de marca e posicionamento. Em 2019, a antiga denominação social "Brasilcard Administradora de Cartões Ltda." foi alterada para "Vólus Tecnologia e Gestão de Benefícios Ltda.", e posteriormente para a atual "Vólus Instituição de Pagamento Ltda.". O principal objetivo dessas mudanças foi a ampliação do portfólio da Empresa, com foco em produtos pré-pagos e na expansão da atuação em âmbito nacional. A Empresa também possui autorização estatutária para participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

1.2 Estrutura Societária, Governança e Grupo Econômico

A Vólus é controlada pela holding BCG Participações Ltda., que ingressou no quadro societário em 12 de fevereiro de 2016. A administração executiva da sociedade é exercida pelo sócio-administrador, Sr. Glorivan Parreira França. O Conselho de Administração da Empresa é composto pelos Srs. Glorivan Parreira França, Lourivan Parreira França, Antônio Rodrigues de Faria e Dario da Costa Barbosa Junior.

A Empresa integra o grupo econômico das Empresas Brasil Central, um conglomerado diversificado com 42 anos de atuação. Além do mercado de benefícios corporativos e meios de pagamentos, o grupo atua no setor de transporte rodoviário de cargas (por meio da Transportadora Brasil Central) e no setor de agronegócio.

1.3 Modelo de Negócios e Portfólio de Serviços

A Vólus atua de forma consolidada como gestora e emissora de cartões de benefícios, convênios, incentivos, gestão de frotas, viagens e despesas corporativas. Seu modelo operacional baseia-se em um arranjo de pagamento fechado, estruturando todo o circuito transacional entre empresas empregadoras (pessoas jurídicas), beneficiários portadores dos cartões (funcionários) e a rede de estabelecimentos comerciais (lojistas).

A Empresa é devidamente cadastrada no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), do Ministério do Trabalho, atuando na emissão de vouchers de alimentação e refeição. Adicionalmente, desde 2020, a Vólus atua como emissora de cartões sob as bandeiras Good Card e Elo, ofertando produtos nas modalidades pré-pago (crédito, débito e voucher) e pós-pago (crédito). A Vólus também é co-emissora de BIN Múltiplo Crédito e Débito para Mastercard.

As principais atividades da Empresa são:

- Prestação de serviços e administração de convênios via cartões magnéticos, englobando benefícios do PAT (Vale Alimentação e Vale Refeição), Cartão Convênio, Gestão de Combustível, Private Label e Cartão Vale Cultura;
- Operadora de cartões de débito que inclui a gestão de cartões de débito automático em conta, frequentemente usados em plataformas de despesas.
- Intermediação de negócios, administração de cartões de crédito e repasse de valores para a rede credenciada de terceiros;
- Gerenciamento, controle, telemetria, rastreamento e consultoria em gestão de frotas;
- Gestão de benefícios integrados, como Farmácia e programas de Fidelidade;
- Realização de cobrança por conta própria e de terceiros (extrajudicial ou amigável) e fornecimento de informações cadastrais;
- Serviços de tecnologia da informação: processamento e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, hospedagem na Internet e desenvolvimento de software de gestão empresarial focado em convênios e benefícios;
- Serviços de cotação eletrônica através de sistema Web/Cartão Magnético;
- Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais, sem operador.

Para garantir capilaridade e eficiência, a Vólus é participante do HubDigital da TecBan, o que permite a operação de saques em espécie em toda a rede do Banco24Horas. A estratégia de aceitação contempla a integração com múltiplos parceiros adquirentes, operando atualmente com Cielo, Sipag, Bin, Sicredi, Crefisa e PagBank, com expansão programada para integração às redes Stone, Rede, Global Payments, BMG Granito e SafraPay.

1.4 Sazonalidade das Operações

A Empresa atende tanto o mercado privado quanto o setor público, estando sujeita a efeitos de sazonalidade atrelados à natureza de seus produtos. Observa-se um recuo na utilização de cartões de gestão de abastecimento e manutenção de frotas durante os meses de janeiro e julho, período característico de férias em órgãos públicos. Em contrapartida, produtos específicos, como a Cesta de Natal, apresentam picos de utilização no encerramento do exercício.

1.5 Ambiente Regulatório e Obrigações junto ao Banco Central do Brasil

A Empresa conduz suas operações em estrita observância à legislação do PAT e à regulamentação do PIX imposta pelo Banco Central. O arcabouço regulatório do setor de pagamentos foi significativamente transformado pela Lei nº 12.865/2013 e pela Circular nº 3.682/2013, que passaram a disciplinar os arranjos de pagamentos, a figura do instituidor e a constituição e o gerenciamento de riscos das Instituições de Pagamento (IPs).

O credenciamento da Vólus como participante de forma indireta do arranjo de pagamento instantâneo PIX, por meio do contrato com o Banco ARBI, constituiu o gatilho regulatório que requereu a adequação formal ao arcabouço contábil e prudencial do Bacen. Em resposta, a Empresa retomou e avançou significativamente em seu pedido de Autorização de Funcionamento como Instituição de Pagamento, adotando integralmente, a partir de 1º de julho de 2025, as práticas contábeis exigidas pelo COSIF e pelos pronunciamentos do CPC aprovados pelo regulador. As presentes demonstrações contábeis representam, portanto, o primeiro conjunto de demonstrações elaboradas sob este novo rito

Em janeiro de 2022, após atingir o patamar de faturamento mínimo exigido pela regulação da época, a Vólus iniciou seu processo formal de autorização para atuar como IP junto ao Bacen. Naquela ocasião, a Empresa adequou sua estrutura societária por meio das holdings VIP e VTGB para atender às exigências setoriais. Contudo, com a superveniência da Resolução BCB nº 83/2022 — que excluiu determinados arranjos, como os de gestão de frotas corporativas, da obrigatoriedade de adesão ao SPB —, a Empresa reavaliou sua estratégia regulatória e optou por solicitar o arquivamento tempestivo do pedido de autorização, mantendo-se em plena conformidade com a legislação aplicável.

No exercício de 2025, após consolidar seu crescimento operacional contínuo e alcançar novamente os volumes transacionais exigidos pelo atual marco regulatório, a Vólus deliberou pela retomada de seu pedido de Autorização de Funcionamento junto ao Bacen. Este movimento estratégico reafirma o compromisso institucional da Empresa com as melhores práticas de governança, transparência e rigoroso cumprimento das normas do sistema financeiro.

1.6 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026.

Nota 2 – Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), as quais compreendem as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), nos casos em que não há conflito com as normas do órgão regulador.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, quando aplicável. Na elaboração das demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, a Empresa observou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC, aprovados pelo Banco Central:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Resolução BCB nº 120/2021
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução BCB nº 120/2021
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução BCB nº 02/2020
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível | Resolução BCB nº 07/2020
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução BCB nº 02/2020
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução BCB nº 120/2021
- CPC 24 – Evento Subsequente | Resolução BCB nº 02/2020
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução BCB nº 09/2020
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução BCB nº 06/2020
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente | Resolução BCB nº 120/2021

2.1 Adoção Inicial e Ausência de Informações Comparativas

Em virtude do requerimento do Banco Central do Brasil decorrente do cadastramento da Empresa como participante direto do arranjo PIX, e da consequente adoção inicial das diretrizes contábeis do COSIF com data-base em 01 de julho de 2025, as demonstrações contábeis referentes ao encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentadas de forma isolada, não contendo informações comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ou períodos anteriores.

Este procedimento de apresentação em coluna única reflete de maneira fidedigna a adoção inicial do padrão regulatório, sendo uma prática técnica aceita pelas normas contábeis para eventos de adequação a novos ritos autorizativos regulatórios. Tal dispensa ampara-se, analogamente, no disposto no art. 102 da Resolução BCB nº 352/2023.

2.2 Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A Administração da Empresa revisa as estimativas e premissas periodicamente. As principais áreas de julgamento são: mensuração das provisões para perdas esperadas de crédito (PECLD), avaliação de riscos processuais (CPC 25), estimativa de vida útil de ativos de longo prazo e reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

2.3 Resultado Não Recorrente

Em conformidade com o art. 34 da Resolução BCB nº 2/2020, a Administração divulga de forma segregada os resultados recorrentes e não recorrentes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados resultados não recorrentes relevantes a serem divulgados.

Nota 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários mantidos à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, de baixo risco de crédito e com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contratação.

3.2 Instrumentos Financeiros

A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias de mensuração: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do outro resultado abrangente (VJORA); ou (iii) valor justo por meio do resultado (VJR), em conformidade com a Resolução BCB nº 352/2023. Na data destas demonstrações, os ativos financeiros são compostos substancialmente por "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber operacionais", classificados ao custo amortizado. Os passivos financeiros da Empresa englobam precipuamente as rubricas de "Contas de pagamentos pré-pagas", "Empréstimos e financiamentos" e "Fornecedores".

3.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros (PECLD / Impairment)

A Empresa avalia prospectivamente as perdas de crédito esperadas (PECLD) associadas aos seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado, em conformidade com a Resolução BCB nº 352/2023. A provisão foi dimensionada em função do histórico de perdas e das estimativas de recuperabilidade da carteira.

3.4 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos bens, conforme as seguintes taxas anuais:

- Equipamentos de informática: 20% ao ano
- Máquinas e equipamentos: 10% ao ano
- Móveis e utensílios: 10% ao ano
- Benfeitorias em propriedades de terceiros: 20% ao ano

3.5 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem principalmente licenças de software e custos de desenvolvimento de plataformas tecnológicas internas, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma linear durante a vida útil econômica estimada (até 60 meses).

3.6 Reconhecimento de Receitas e Custos

A receita é reconhecida líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e descontos, no momento em que a transação correspondente é processada, autorizada e liquidada nas redes pertinentes, em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Os custos diretos são reconhecidos no resultado no mesmo período de competência da respectiva receita.

3.7 Provisões e Contingências

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial quando: a Empresa tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária; e o valor puder ser estimado com segurança. O tratamento contábil segue as classificações do CPC 25: Provável (>50%): provisão constituída; Possível (25%–50%): divulgação em notas; Remota (<25%): sem registro nem divulgação.

3.8 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

Os encargos correntes são calculados com base na legislação tributária promulgada na data do balanço. O IRPJ é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A CSLL é apurada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil tributável. Na data das presentes demonstrações contábeis, a Administração avaliou que não há saldo de imposto diferido a reconhecer ou divulgar.

3.9 Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Empresa e seu valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Empresa tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Nota 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa da Empresa são compostos por disponibilidades em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original inferior a 90 dias:

Descrição	31/12/2025
Caixa	7
Bancos conta movimento	7.048
Aplicações financeiras	35.506
Total	42.561

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário (CDB) em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração média equivalente a 100% do CDI. As disponibilidades em bancos não possuem restrições de movimentação.

Nota 5 – Instrumentos Financeiros – Contas a Receber Operacionais

As contas a receber operacionais representam direitos creditórios decorrentes das transações de pagamentos, compostos pelos valores devidos pelas bandeiras, adquirentes e arranjos de liquidação (PIX), com prazos médios de realização de D+0 a D+30. Estes ativos são classificados e mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025
Clientes cartão convênio	98.696
Clientes reembolso/benefícios	80.515
Antecipação fech. plano clientes a faturar	24.585
Títulos a receber venc. acima 180 dias	12.342
Clientes transacionados	113
Cheques a compensar	200
(-) Provisão para perdas esperadas (PECLD)	(10.702)
Total líquido	205.749

A provisão para perdas esperadas de crédito (PECLD) foi constituída com base na metodologia simplificada de impairment, considerando o histórico de inadimplência da carteira e as estimativas da Administração quanto à recuperabilidade dos saldos em aberto.

Nota 6 – Adiantamentos

Referem-se a despesas pagas antecipadamente e adiantamentos a fornecedores e colaboradores, apropriados ao resultado conforme o regime de competência:

Descrição	31/12/2025
Adiantamentos a fornecedores	1.405
Adiantamentos operacionais	903
Despesas antecipadas	81
Adiantamentos a colaboradores	49
Outros adiantamentos	22
Total	2.460

Nota 7 – Ativos Fiscais

Os ativos fiscais compreendem tributos a recuperar decorrentes de antecipações, pagamentos a maior e retenções na fonte:

Descrição	31/12/2025
IRPJ e CSLL diferidos	6.267
Saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar	1.841
IRPJ e CSLL a recuperar	1.575
PIS e COFINS a recuperar	135
IRRF a compensar	97
Total	9.915

Nota 8 – Imobilizado e Intangível

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. O intangível compreende softwares e licenças, amortizados pelo prazo de vida útil estimada.

Posição patrimonial em 31 de dezembro de 2025

Imobilizado de Uso	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Equipamentos de informática	1.951	(1.595)	356
Móveis e utensílios	292	(173)	119
Máquinas e equipamentos	697	(237)	460
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.124	(2.024)	100
Bens imóveis	1.500	-	1.500
Imobilizado em andamento	3.518	-	3.518
Total	10.082	(4.029)	6.053

Movimentação do período (01/07/2025 a 31/12/2025)

Imobilizado de Uso	Saldo 01/07/2025	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo 31/12/2025
Equipamentos de informática	335	83	-	(62)	356
Móveis e utensílios	126	-	-	(8)	119
Máquinas e equipamentos	331	156	-	(26)	460
Benfeitorias em imóveis de terceiros	150	-	-	(50)	100
Bens imóveis	1.500	-	-	-	1.500
Imobilizado em andamento	2.893	626	-	-	3.518
Total	5.335	864	-	(146)	6.053

A despesa com depreciação do imobilizado e amortização do intangível apropriada ao resultado do período totalizou R\$ 175.

Não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável no período.

Nota 9 – Valores a repassar a estabelecimentos

Os passivos financeiros classificados como "Valores a repassar a estabelecimentos" são compostos por:

Descrição	31/12/2025
Conveniadas a pagar da rede	154.422
Conveniadas a pagar por liquidações devolvidas	25
Total	154.447

Nota 10 – Adiantamentos de clientes

Os passivos financeiros classificados como "Adiantamentos de clientes" são compostos por:

Descrição	31/12/2025
Adiantamento clientes cartão acumulativo (i)	25.495
Valores recebidos a identificar	2.834
Antecipação fechamento plano conveniadas	9.336
Antecipação de vendas parcelas	45
Antecipação a pagar liquidação devolvida	4
Adiantamento fornecedores abastecimentos	61
Total	37.775

(i) Refere-se aos valores recebidos antecipadamente por créditos em cartões (alimentação, refeição, afins) para consumo futuro, registrados no Passivo e reconhecidos na sua proporção como receita apenas no momento da efetiva entrega dos produtos ou serviços

Nota 11 – Contas de Pagamentos Pré-pagas

O passivo financeiro classificado como "Contas de pagamentos pré-pagas" corresponde ao saldo de contas de pagamento pré-pago de titulares de cartões:

Descrição	31/12/2025
Saldo cartões clientes pré-pago	20.495
Total	20.495

Nota 12 – Empréstimos e Financiamentos

Referem-se a operações de captação de recursos junto a instituições financeiras locais, visando a otimização da estrutura de capital de giro:

Descrição	31/12/2025
Empréstimos capital de giro	6.494
Total Circulante	6.494

O saldo de empréstimo refere-se a 2 cédulas de capital de giro junto à Caixa Econômica Federal. O primeiro contrato possui taxa prefixada de 2,88% ao ano mais variação do CDI, já o segundo contrato tem taxa nominal de 16,8% ao ano. Ambos os financiamentos possuem vencimento ao final de 2026.

Os contratos não apresentam cláusulas de *covenants* financeiros. Os detalhes de data de emissão, taxa e vencimento serão complementados quando do fechamento definitivo dos quadros de empréstimos.

Nota 13 – Partes Relacionadas

A Empresa mantém transações e saldos com partes relacionadas decorrentes de relações comerciais e contratuais dentro do grupo econômico Empresas Brasil Central, conforme delineado na Nota 1.2, e com o Vólus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), veículo estruturado constituído no âmbito do grupo para operações de antecipação de recebíveis e gestão de liquidez da Empresa. As condições praticadas nessas transações foram estabelecidas em bases comutativas e de livre negociação, em conformidade com o CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

A Administração declara que não identificou, no período, transações com partes relacionadas realizadas em condições diferentes daquelas que seriam praticadas entre partes independentes em condições normais de mercado.

Identificação das Partes Relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento
BCG Participações Ltda.	Controladora direta da Empresa
Empresas Brasil Central (grupo)	Grupo econômico – controlador indireto
Transportadora Brasil Central	Entidade do mesmo grupo econômico
Vólus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Fundo estruturado pelo grupo – operações de antecipação de recebíveis e investimento em cotas

Saldos e Transações com Partes Relacionadas – 31/12/2025

Os saldos patrimoniais e as transações realizadas com partes relacionadas no período compreendido entre 1º de julho de 2025 e 31 de dezembro de 2025 são demonstrados a seguir:

Natureza	Parte Relacionada	Saldo 01/07/2025	Saldo 31/12/2025
ATIVO			
Aplicações financeiras de longo prazo (Cota Mezan – FIDC)	Vólus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	14.131	-
PASSIVO			
Obrigações por operações de crédito (FIDC Antecipação)	Vólus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	15.670	10.921
RESULTADO DO PERÍODO			
Despesas financeiras – remuneração e encargos do FIDC	Vólus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	547

Vólus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

O Vólus FIDC é um fundo de investimento em direitos creditórios estruturado no âmbito do grupo econômico, cujas operações com a Empresa se desdobram em duas naturezas distintas:

- a) **Cota Mezan (Ativo)** – A Empresa detinha, em 1º de julho de 2025, cotas subordinadas Mezan do FIDC no montante de R\$ 14.131 mil, registradas no ativo não circulante. Ao longo do período, foram realizados resgates líquidos de R\$ 14.131 mil, resultando em saldo zero em 31 de dezembro de 2025.
- b) **FIDC Antecipação (Passivo)** – A Empresa mantém junto ao FIDC uma linha de antecipação de recebíveis operacionais (obrigações por operações de crédito). O saldo desta obrigação, que era de R\$ 15.670 mil em 1º de julho de 2025, foi reduzido para R\$ 10.921 mil em 31 de dezembro de 2025, em decorrência de amortizações líquidas no período. As despesas de remuneração e encargos incorridos no período totalizaram R\$ 547 mil, registradas na rubrica "Outras despesas e receitas operacionais" (Nota 18).

As antecipações FIDC são operações de antecipação de recebíveis com FIDC Vólus, fundo exclusivo de direitos creditórios do Grupo, onde recebíveis da operação são descontados para maior liquidez na operação a uma taxa média de 3,5%.

O quadro a seguir apresenta a movimentação consolidada das operações com o FIDC no período:

Operação	Saldo 01/07/2025	Movimentações	Saldo 31/12/2025
ATIVO			
Cota Mezan – aplicação financeira LP	14.131	(14.131)	-
PASSIVO			
FIDC Antecipação – obrigação por op. de crédito	15.670	(4.749)	10.921
RESULTADO			
Despesas de remuneração e encargos	-	547	547
Exposição líquida (Passivo – Ativo)	1.539	9.382	10.921

A exposição líquida ao FIDC (posição passiva líquida da posição ativa em cotas) evoluiu de R\$ 1.539 mil em 1º de julho de 2025 para R\$ 10.921 mil em 31 de dezembro de 2025, reflexo essencialmente do resgate integral das cotas Mezan, mantendo-se apenas o saldo residual da obrigação de antecipação em aberto ao final do período.

Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração, que considera os Diretores, para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.913.

Nota 14 – Fornecedores

Descrição	31/12/2025
Fornecedores	1.845
Total	1.845

Os saldos de fornecedores são compostos por valores a pagar por prestação de serviços, compra de materiais e fornecimento de soluções incorporadas a operação da Empresa.

Nota 15– Obrigações Fiscais

Referem-se a tributos correntes devidos, apurados sobre as operações do exercício:

Descrição	31/12/2025
IRPJ e CSLL a recolher	331
PIS e COFINS a recolher	493
ISS a recolher	68
Tributos retidos de terceiros	6.041
Total	6.933

Nota 16 – Provisão para Contingências

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões tributárias. A Administração, embasada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis estimadas:

Natureza das Provisões (Risco Provável)	31/12/2025
Perdas tributárias esperadas	7.733
Total de provisões constituídas	7.733
Circulante	2.416
Não circulante	5.317

A Empresa possui outras contingências classificadas como Possíveis pelos assessores jurídicos independentes. Em conformidade com o CPC 25, não foi registrada nenhuma provisão no passivo atrelada a esses processos. O montante estimado das ações possíveis é de R\$ 26.

Nota 17 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, na data-base de encerramento, é de R\$ 13.258 mil, representado por quotas de responsabilidade limitada, sem valor nominal, distribuídas e pertencentes aos sócios conforme o Contrato Social e suas respectivas alterações contratuais.

b) Dividendos distribuídos

Em julho de 2025 a Administração deliberou e distribuiu R\$ 6.178 aos seus acionistas.

Nota 18 – Receita de Prestação de Serviços

A receita líquida no período apurado é gerada fundamentalmente a partir das tarifas de processamento operacional e receitas com transacionamento na iniciação de pagamentos PIX:

Descrição	31/12/2025
Receita bruta com serviços prestados	55.363
(-) Deduções da receita bruta	(7.660)
Receita líquida	47.703

Nota 19 – Custo dos Serviços Prestados

Descrição	31/12/2025
Serviços de terceiros	12.773
PIS/COFINS/ISS sobre faturamento	3.424
Material operacional clientes	693
Correios e postais	713
Feiras/congressos/simpósios	541
Comunicações	307
Consulta de créditos	268
Locação de imóveis	151
Custo com carta fiança	111
Energia elétrica	154
Custo com seguro garantia	36
Viagens	57
Outros custos	109
Total	19.337

Nota 20 – Despesas Gerais e Administrativas e Despesas com Pessoal

Descrição	31/12/2025
Despesas com pessoal	6.823
Serviços de terceiros	5.062
Perdas com créditos não liquidados	3.409
Promoções a usuários	497
Propaganda e publicidade	352
Custas processuais	136
Viagens	232
Outras despesas administrativas	1.048
Provisão para perdas esperadas (PECLD)	7.448
Total	25.007

Nota 21 – Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de créditos	1.344
Reversão de provisões de perdas esperadas com causas judiciais	2.260
Despesas FIDC	(547)
Outras receitas e despesas operacionais	7
Total	3.064

Nota 22 – Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2025
Receitas financeiras	
Rendimentos de aplicações financeiras	521
Juros e rendimentos recebidos	492
Descontos obtidos	78
Atualização monetária ativa	30
Total	1.121
Despesas financeiras	
Juros e encargos sobre empréstimos	(738)
Despesas bancárias e tarifas	(278)
Multas e juros passivos	-
IOF	(47)
Outras despesas financeiras	(1)
Total	(1.064)
Resultado financeiro líquido	57

Nota 23 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

A despesa com IRPJ e CSLL foi calculada sobre a base de cálculo tributável gerada pelas operações da Empresa ao longo do exercício. A alíquota combinada aplicável é de 34% (IRPJ 25% + CSLL 9%):

Descrição	31/12/2025
Provisão para IRPJ e CSLL Corrente	3.953
Provisão para IRPJ e CSLL Diferido	(1.763)
Total	2.190

Reconciliação da alíquota efetiva	31/12/2025
Descrição	R\$ (mil)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	6.306
Alíquota nominal combinada (IRPJ 25% + CSLL 9%)	34,0%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	(2.144)
Ajustes permanentes (efeito tributário a 34%):	
Brindes	(52)
Doações indedutíveis	(39)
Contribuição associativa	(4)
Doações dedutíveis (FMI/FMCA/Stock Car)	(48)
Incentivo PAT	65
Outros ajustes	32
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(2.190)
Alíquota efetiva	34,7%

Nota 24 – Gerenciamento de Riscos e de Capital

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros e do curso de suas operações reguladas: (i) risco de crédito; (ii) risco de liquidez; (iii) risco de mercado; e (iv) risco operacional e cibernético. A estrutura de gerenciamento de riscos é fundamentada nas diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), com aderência às Resoluções BCB nº 197/2022 e nº 198/2022.

O gerenciamento é realizado pela Diretoria e pelas frentes de Controles Internos, que identificam, avaliam e protegem a Empresa contra eventuais riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades de negócios operacionais. A Alta Administração estabelece os princípios por escrito para o gerenciamento de risco global, bem como para frentes específicas, como mitigação de fraude, risco de crédito de contraparte e alocação segura de excedentes de liquidez.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente, parceiro de negócios ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir tempestivamente com suas obrigações contratuais. No âmbito da Empresa, esse risco é originado substancialmente das disponibilidades e equivalentes de caixa e das contas a receber oriundas de arranjos de pagamento.

Os recursos excedentes são alocados apenas em instituições financeiras de primeira linha do mercado nacional, previamente avaliadas e aprovadas pela Administração, obedecendo a limites de crédito de contraparte e métricas de diversificação. As contas a receber consistem substancialmente em direitos de recebimento provenientes de transações processadas em arranjos

de pagamento (PIX, adquirentes e bandeiras), cujos liquidantes são câmaras de compensação centralizadas e instituições de grande porte supervisionadas pelo Bacen, conferindo baixíssimo risco de inadimplência.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis equivale ao valor contábil dos ativos financeiros correspondentes:

Exposição máxima ao risco de crédito	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	42.561
Contas a receber operacionais (líquidas de PECLD)	205.749
Total da exposição	248.310

Em virtude da natureza e liquidez das contrapartes, a Administração avalia que o risco de crédito incorrido é excepcionalmente baixo. A provisão para perdas esperadas (PECLD) já constituída no montante de R\$ 10.702 é considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas na carteira existente.

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consubstancia-se no risco de a Empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com entrega de caixa ou transferência de outro ativo financeiro líquido. A política da Empresa é estruturada para garantir, em bases diárias, que ela possua liquidez suficiente para cumprir com a totalidade de suas obrigações ao vencerem, tanto sob condições normais de mercado quanto em cenários estressados, sem incorrer em custos adicionais inaceitáveis.

O gerenciamento tático e estratégico da liquidez é realizado de forma centralizada pelo departamento financeiro e tesouraria. Os fluxos de caixa são projetados sistematicamente, permitindo monitorar as estimativas das necessidades de liquidez com o objetivo primário de assegurar suficiência de caixa para atender às demandas operacionais e honrar os fluxos de repasses devidos às conveniadas e estabelecimentos comerciais no tempo e modo contratados.

O quadro a seguir expõe a análise dos passivos financeiros não derivativos da Empresa, agrupados em faixas de vencimento correspondentes, com base no período remanescente contado a partir da data do balanço até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados referem-se aos fluxos de caixa contratuais não descontados:

Passivos Financeiros por faixa de vencimento (31/12/2025)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Valores a repassar a estabelecimentos	154.447	-	-	154.447
Adiantamento de clientes	37.775			37.775
Valores a pagar a sociedades ligadas	10.921			10.921
Contas de pagamentos pré-pagas	20.495	-	-	20.495
Fornecedores	1.845	-	-	1.845
Empréstimos e financiamentos	6.494	-	-	6.494
Outras obrigações	11.966	-	5.317	19.127
Total	243.943	-	5.317	249.260

A Empresa mantém níveis de ativos de alta conversibilidade em caixa (saldos em bancos e contas a receber de curtíssimo prazo de D+0 a D+30) em patamares consistentemente superiores aos seus passivos exigíveis de curto prazo, o que garante a perpetuidade de um capital circulante líquido positivo e evidencia a robusta mitigação do risco estrutural de liquidez.

c) Risco de Mercado (Risco de Taxa de Juros)

O risco de mercado constitui o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venham a flutuar em virtude de mudanças adversas nos preços e índices de mercado. Para o modelo de negócio da Empresa, o risco de mercado restringe-se primariamente à exposição ao risco de taxa de juros, decorrente de suas aplicações de tesouraria e das captações tomadas no mercado, ambas indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Empresa adota a política conservadora de não utilizar instrumentos financeiros derivativos (tais como swaps ou opções) para fins especulativos ou de mitigação deste risco específico, confiando a proteção do balanço ao acompanhamento e projeção contínua das oscilações de macroeconomia ditadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM).

A Empresa está exposta, principalmente, ao cenário de variações na taxa de juros DI/SELIC em suas aplicações financeiras e nos passivos de empréstimos e financiamentos. Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, o que causaria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	+10%	+25%	+50%
Impacto no Resultado	1.809	4.523	9.046

	-10%	-25%	-50%
Impacto no Resultado	(1.809)	(4.523)	(9.046)

A exposição líquida ao CDI corresponde à diferença entre as aplicações financeiras (R\$ 35.506) e os passivos onerosos indexados ao CDI (R\$ 17.415), resultando numa exposição líquida ativa de R\$ 18.091, o que significa que uma elevação das taxas de juros beneficia o resultado da Empresa.

d) Risco Operacional, de PLD/FT e Risco Cibernético

O risco operacional abrange a possibilidade concreta de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falhas sistêmicas, deficiência ou inadequação de processos internos mapeados, fraudes, indisponibilidade de sistemas vitais de liquidação ou eventos externos imprevisíveis. Este pilar também engloba os passivos legais contingentes e os ataques de natureza cibernética.

A Empresa, na condição de participante direta do arranjo de pagamento instantâneo PIX e em processo de obtenção da licença definitiva de Instituição de Pagamento junto ao Bacen, observa sem flexibilizações as políticas rigorosas estabelecidas pelas resoluções atinentes do órgão regulador. São formalmente mantidos e revisados Planos de Continuidade de Negócios (PCN), Planos de Recuperação de Desastres em TI (DRP) e manuais de contingência. A área de tecnologia provê a execução de testes periódicos e documentados de vulnerabilidade e intrusão para garantir a inviolabilidade cibernética. O tráfego e armazenamento de dados são tratados sob protocolos criptográficos, em total e estrita conformidade com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

Os processos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) estão adequados à Resolução BCB nº 277/2022, empregando ferramentas robustas de Know Your Customer (KYC), monitoramento inteligente de padrões transacionais em tempo real e procedimentos normatizados para reporte de operações suspeitas ao COAF.

e) Gestão e Adequação de Capital

O gerenciamento de risco de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e avaliação do Capital Regulatório mínimo exigido, mantido pela Empresa, buscando identificar a adequação ou o nível de capital necessário para a execução do planejamento estratégico estabelecido pela Diretoria e manter conformidade com as regulamentações aplicáveis.

Para garantir a efetiva gestão do Capital, a Empresa adota as medidas abaixo:

- a. Processos documentados que estabeleçam mecanismos e procedimentos para manter o Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos institucionais;
- b. Controles de gestão de capital compatíveis com a natureza operacional, complexidade dos produtos/serviços e exposição ao risco;
- c. Formalização de políticas, estratégias e planos de gestão de capital aprovados pela Diretoria e revisados ao menos anualmente, para garantir a compatibilidade com o planejamento estratégico e as condições de mercado;
- d. Geração de relatórios para a gestão da instituição, destacando a adequação do PR aos riscos ou identificando deficiências e ações corretivas;
- e. Definição de governança e responsabilidades para a gestão de capital, garantindo que as decisões e políticas sejam comunicadas às áreas impactadas e o capital regulatório seja monitorado;
- f. Conformidade com as regras regulatórias vigentes (Resoluções BCB nº 197/2022, 198/2022 e 199/2022);
- g. Monitoramento e controle dos limites operacionais de Capital Regulatório da Vólus.

A Vólus iniciou o processo de adequação contínua de suas operações para o atendimento das exigências de capital do Bacen, em decorrência do requerimento regulatório originado pelo seu credenciamento como participante direta do arranjo PIX. A Empresa encontra-se em processo de obtenção da Autorização de Funcionamento como Instituição de Pagamento junto ao Banco Central do Brasil, momento a partir do qual estará integralmente sujeita ao enquadramento regulatório de capital na modalidade autorizada.

f) Capital Regulatório e Necessidade de Capital

Como participante do arranjo de pagamento instantâneo PIX e postulante à licença de Instituição de Pagamento, a Empresa está sujeita à apuração do Patrimônio de Referência (PR) com base na Resolução BCB nº 199/2022, aplicando os requerimentos de capital sobre os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), compostos pelo Risco de Crédito ($RWA^{Ac,IMN}$) e pelo Risco de Serviços de Pagamento (RWA_{sp}).

Segue a apuração do capital regulatório e da necessidade de capital em 31 de dezembro de 2025:

Valores em R\$/mil

RWAip	116.845
PRip requerido (12%)	14.021
PR disponível (PL)	12.525
Déficit	(1.496)

Cálculo do PL Disponível

Descrição	31/12/2025
Patrimônio Líquido em 31.12.2025	19.594
(-) Participações em outras empresas	(219)
(-) Intangível líquido	(583)
(-) Impostos diferidos ativo	(6.267)
(-) PL disponível	12.525



Com base nos dados de dezembro de 2025, o RWAip apurado totalizou R\$ 116.844.683, resultando em um PRip mínimo requerido de R\$ 14.021.362 (equivalente a 12% do RWA). O PR disponível, representado pelo Patrimônio Líquido da Empresa, alcançou R\$ 12.526.024, evidenciando um déficit de capital regulatório de R\$ (1.495.338). Este déficit reflete o estágio inicial de adoção do padrão COSIF e a expressiva base de prejuízos acumulados oriundos de períodos anteriores ao início do exercício contábil regulatório (01/07/2025).

A Administração está em processo de adequação estrutural de capital, com plano de capitalização em elaboração e implantação em 2026 para suportar o enquadramento regulatório pleno após a concessão da Autorização de Funcionamento pelo Banco Central do Brasil.

Nota 23 – Eventos Subsequentes

Da data de 31 de dezembro de 2025 até a presente data, em que estas demonstrações contábeis receberam a anuência final para emissão e publicação por parte da Administração, não foram registrados pela Empresa quaisquer fatos ou eventos subsequentes de natureza cível, contratual, regulatória ou financeira que alterem materialmente a posição patrimonial aqui retratada ou que requeiram ajustes e divulgações suplementares neste conjunto contábil, nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente.



Vólus Instituição de Pagamento Ltda.

Dario da Costa Barbosa Junior
CPF: 236.491.0001-34
Administrador

Dionica Vieira Malta
CPF: 700.604.471-50
Contadora - CRC GO 028.675/O-5